

ÁREA ECONÔMICO-FINANCEIRA (CONTRATAÇÕES)

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **40 (quarenta)** questões objetivas e **1 (uma)** redação, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta. A redação deverá ser redigida entre **40 (quarenta)** e **60 (sessenta)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



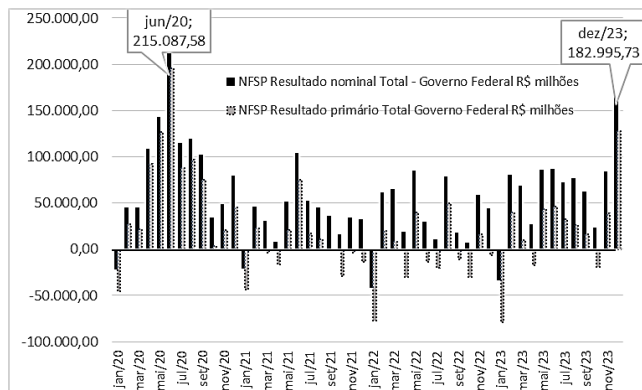
INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em suas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Finanças Públicas e Administração Financeira e Orçamentária

1

O gráfico abaixo apresenta a evolução das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) primária e nominal, entre janeiro de 2020 e dezembro de 2023.



Com base no exposto, julgue se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- () Os elevados gastos com juros explicam a NFSP em termos nominais aquém da NFSP do resultado primário.
- () A elevada taxa de juros do país no período é a principal causa direta da NFSP nominal acima da NFSP primária.
- () As causas do aumento da NFSP primária e nominal em junho de 2020 e dezembro de 2023 são similares: juros elevados.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – F – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

2

Em determinado período de juros elevados, a equipe econômica do governo considera propor um ambiente para captação de recursos em taxas bem inferiores à média do mercado. O ambiente seria aberto a todos os brasileiros que buscaram crédito recentemente; porém, ao analisar essa proposta, um analista argumenta que seria necessário ampliar a capacidade sob pena de não haver crédito suficiente e, ainda, de estimular o surgimento de um “mercado paralelo” para oferta de crédito com ágio. Entre os fundamentos que estão alinhados com o argumento do analista, assinale a afirmativa correta.

- (A) Trata-se de um exemplo clássico de Tragédia dos Comuns, em que o bem público seria o ambiente para captação de recursos com taxas mais atrativas.
- (B) Trata-se de um problema clássico para atuação da mão invisível, com equilíbrio natural do mercado de crédito.
- (C) Trata-se de um caso clássico de externalidade positiva, quando a busca por crédito por parte de um indivíduo estimula outros a buscarem crédito.
- (D) Trata-se de um caso clássico de externalidade negativa, quando a busca por crédito por parte de um indivíduo estimula outros a buscarem crédito.
- (E) É uma falha de mercado que se traduz em um monopólio natural, que impede a ampliação do ambiente de oferta de crédito.

3

Quando o governo implementa uma reforma tributária que reduz impostos sobre o consumo de bens e serviços e compensa exatamente essa redução com o incremento dos impostos sobre a renda e o patrimônio, verifica-se que está sendo realizada uma política fiscal

- (A) expansionista, com melhoria alocativa.
- (B) contracionista, com melhoria alocativa.
- (C) que visa à estabilidade do nível de preços.
- (D) redistributiva, que visa a uma maior equidade.
- (E) estabilizadora da tributação.

4

Considere um Projeto de Lei em tramitação que propõe a realização de operações de crédito vinculadas a investimentos em infraestrutura e custeio em pesquisa e desenvolvimento visando estimular a retomada econômica.

Entendendo a pesquisa e o desenvolvimento como quaisquer áreas de educação profissional e ensino superior, o projeto prevê:

- I. a ampliação da estrutura física de escolas profissionalizantes ou universidades;
- II. o custeio de professores com notório saber reconhecido conforme banca examinadora definida para este fim.

Com base no exposto, é correto afirmar que

- (A) o projeto toca em um tema de extrema importância para o desenvolvimento econômico do país e deve, sem ressalvas, ser aprovado na Casa do Congresso na qual tramita.
- (B) o previsto no item I não é óbice para aprovação, mas o item II fere o previsto na Regra de Ouro.
- (C) as previsões do projeto ferem a LRF ao utilizar operações de crédito para a contratação de bens de capital.
- (D) o projeto preenche os requisitos de mérito e legalidade e deve, portanto, ser aprovado, mesmo sem a comprovação de estímulo à atividade econômica.
- (E) em se tratando de operações de crédito, tanto I quanto II implicam em violações ao previsto na LRF e nas metas de Riscos Fiscais.

5

A Lei Complementar nº 101/2000 representa um avanço ao outrora proposto nas Leis Camata I e II em termos de controle de gastos com pessoal.

Com base nesse dispositivo mais atual, é **incorreto** afirmar que

- (A) o poder legislativo municipal, incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando existir, não pode gastar além de 6,0% da RCL local com pessoal.
- (B) os estados possuem um teto de 49,0% da RCL para gastos com pessoal do poder Executivo.
- (C) a União possui um teto de 40,9% da RCL para gastos com pessoal do poder Executivo.
- (D) os municípios possuem um teto de 60,0% da RCL para gastos com pessoal do poder Executivo.
- (E) 0,6% da RCL é, na esfera federal, o limite para gastos com pessoal para o Ministério Público (MPU).

6

Além do controle dos gastos com pessoal, a LRF disciplina as operações de crédito pleiteadas pelos entes públicos.

A respeito do tema, é correto afirmar que

- (A) a observância dos limites e das condições fixados pela Câmara Federal é pré-requisito objetivo legal a ser apresentado quando da formalização do pleito.
- (B) as condições legais impostas na LRF são indiferentes em relação às operações de crédito internas ou externas.
- (C) entre as condições previstas na LRF para a realização de operações de crédito, tem-se o parecer de órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.
- (D) com vistas a evitar a quebra de legitimidade de operação, não poderá haver alteração da finalidade de operação de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) no caso das “operações por antecipação de receita”, é suficiente que o ente inclua os recursos provenientes da operação no orçamento ou em créditos adicionais.

7

Os Incentivos Fiscais são um instrumento de grande relevância para o estímulo ao crescimento e à redução das desigualdades sociais, mas possuem impactos que podem comprometer o equilíbrio orçamentário do setor público.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) a LRF estabelece o regramento para gastos com pessoal e para a realização de operações de crédito, bem como para as renúncias de receita, exceto se envolverem a criação de tributo ou aumento de alíquotas.
- (B) a LRF prevê, como compensação de uma renúncia de receita, duas alternativas: aumento de alíquota ou criação de um novo tributo.
- (C) a LRF prevê uma análise de impacto de curto prazo, por um exercício, desde o início da vigência do Incentivo Fiscal, para eventuais compensações da renúncia de receita verificada.
- (D) o crescimento econômico é um meio para a compensação das renúncias fiscais realizadas pelo setor público, já que pode promover o incremento da arrecadação sem qualquer aumento de alíquota ou criação de imposto.
- (E) para cada Incentivo Fiscal concedido deve haver a medida de arrecadação incremental, aumento de alíquota ou novo imposto correspondente, de forma a compensar eventuais perdas de receita pública.

8

Considere o conceito adotado de Resultado Fiscal do Governo e a tabela a seguir.

Discriminação	Valores Correntes em R\$ bilhões
Resultado Primário Governo Central – acima da linha	72,16
Ajustes Metodológicos	0,86
Discrepância Estatística	2,27
Resultado Primário do Governo Central – abaixo da linha	??
Juros Nominais	-185,85
Resultado Nominal do Governo Central	??

Fonte: STN

Com base nas informações acima, analise as afirmativas a seguir.

- I. Necessidade de Financiamento do Governo Central foi de R\$75,29.
- II. Necessidade de Financiamento do Governo Central foi de -R\$110,55.
- III. O valor a ser considerado para a avaliação do cumprimento da meta de resultado nominal deve ser o apurado pela metodologia acima da linha.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

9

O Estado exerce três funções econômicas essenciais: alocativa, distributiva e estabilizadora.

Com base nessa classificação associe as colunas A e B.

Coluna A	Coluna B
1. Função Alocativa 2. Função Distributiva 3. Função Estabilizadora	() O orçamento público é o principal instrumento para a viabilização das políticas públicas que solucionem problemas graves de miséria e de melhoria progressiva da qualidade de vida nas camadas mais pobres da população. () O Estado utiliza instrumentos de política econômica, como a política fiscal para estimular o crescimento econômico e promover o pleno emprego. () Justifica-se naqueles casos em que não houver a necessária eficiência por parte do mecanismo de sistema de mercado.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 3 – 2 – 1.
- (D) 2 – 1 – 3.
- (E) 2 – 3 – 1.

10

Com base na definição e nos fundamentos das finanças públicas, as seguintes definições estão corretas, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) As finanças públicas de um país estão orientadas para a gestão das operações relacionadas com a receita, a despesa, o orçamento e o crédito público.
- (B) A tarefa central das finanças públicas é estudar a natureza e os efeitos do uso, pelo Estado, dos instrumentos fiscais: tributação e gasto, obtenção de empréstimo e sua concessão, compra e venda.
- (C) As finanças públicas relacionam-se à atividade financeira do Estado. Essa atividade está orientada para a obtenção e o emprego dos meios materiais e dos serviços para a realização das necessidades da coletividade, de interesse geral, satisfeitas por meio do processo do serviço público.
- (D) Os fundamentos das finanças públicas não estão ligados ao equilíbrio fiscal, buscando assegurar que as receitas sejam compatíveis com as despesas, promovendo a estabilidade financeira do Estado.
- (E) O objeto precípua das finanças públicas é o estudo da atividade fiscal, ou seja, aquela desempenhada pelos poderes públicos com o propósito de obter e aplicar recursos para o custeio dos serviços públicos.

Língua Portuguesa

11

Assinale a frase que mostra sentido irônico.

- (A) Não tenho a menor vocação para estrelismos. Prefiro andar de Mercedes a andar de limusine.
- (B) Não subo em palanque por questão de segurança – tenho 1,88m e peso 120kg.
- (C) Faça análise há cinco anos. Sou uma cabeça muito louca e sozinha não consigo dar conta de mim mesma.
- (D) A maior surpresa que você pode realizar é surpreender-se.
- (E) Quando não se pode o que se quer, deve-se querer o que se pode.

12

Observe a seguinte frase:

Um homem nunca descreve o seu próprio caráter de forma tão clara quanto descreve o de um outro.

Sobre a significação ou estruturação dessa frase, assinale a afirmativa correta.

- (A) A frase mostra uma estrutura comparativa com base na semelhança entre os caracteres dos homens.
- (B) Na escritura da frase, no segmento “o seu próprio”, um dos termos (“o” ou “seu”) pode ser retirado sem prejuízo da frase.
- (C) O termo “de um outro” corresponde sintaticamente a “de forma tão clara”.
- (D) O termo “o” em “o de um outro” se refere, por coesão, ao substantivo “homem” anteriormente expresso.
- (E) A frase mostra uma crítica implícita à falta de caráter entre os homens.

13

Assinale a frase em que os termos repetidos possuem o mesmo significado.

- (A) Grandes homens podem ser grandes ou pequenos.
- (B) As pessoas que são boas em arranjar desculpas raramente são boas em qualquer outra coisa.
- (C) Já que a primeira impressão é a que fica, use impressão a laser.
- (D) Estuda-se mais na velhice para bem morrer do que se estudou na mocidade para bem viver.
- (E) A culta educação de um homem é a sua melhor garantia contra a má educação dos outros.

14

Todas as frases abaixo foram escritas com suas vírgulas originais. Assinale a frase que apresenta erro no uso desse sinal de pontuação.

- (A) Se as criaturas humanas tivessem sensibilidade, jamais ririam dos humoristas.
- (B) Existem cinco tipos de atrizes: as más atrizes, as atrizes competentes, as boas atrizes, as grandes atrizes, e Sarah Bernhardt.
- (C) Hoje não existem mais malandros, somente bandidos.
- (D) Um médico pode enterrar seus erros, mas um arquiteto só pode, quando muito, aconselhar seus clientes a plantar vinhas.
- (E) No palco, ele agia de maneira natural, simples, humana.

15

Em todas as frases abaixo foi proposta a substituição de um termo textual por outro de valor equivalente; a frase em que essa substituição foi feita de forma adequada, é:

- (A) “A história da pintura é uma história de pessoas que veem as coisas de forma distinta das outras”. (Fernando Botero) / as obras.
- (B) Se um homem não faz novas amizades à medida que avança na vida, ficará logo sozinho. (S. Johnson) / quando.
- (C) As coisas só ocorrem quando são feitas com vontade, com todo o teu corpo. Não se faz arte na ponta dos dedos. (Iberê Camargo) / voluntariamente.
- (D) Às vezes penso que o Brasil não existe. É um conto de Pedro Álvares Cabral com prefácio de Pero Vaz de Caminha. (José Cândido de Carvalho) / cabralino.
- (E) Os que renunciam são mais numerosos que os que fracassam. (Henry Ford) / desprendidos.

16

Observe o seguinte texto argumentativo:

Considero que estamos, em termos educacionais, no fundo do poço, e isso em todos os níveis. Os exames internacionais demonstram que nossos mais jovens estudantes são altamente deficientes em interpretação de texto e em Matemática; pais e professores protestam contra o baixo conhecimento de seus filhos e alunos; as próprias obras realizadas indicam a péssima formação profissional de nossos universitários.

Sobre o conteúdo e a estruturação desse período argumentativo, assinale a afirmação adequada.

- (A) A tese do texto é a de que nossa educação carece de mais investimentos governamentais.
- (B) Os argumentos apresentados em defesa da tese são integralmente fundamentados em opiniões pessoais.
- (C) Todo o texto após o primeiro período funciona como argumento que comprova a afirmação anterior.
- (D) O curso fundamental, o antigo primário, está fora do cenário decadente mostrado no texto.
- (E) As “obras” citadas na última oração se referem aos livros eventualmente publicados pelos profissionais.

17

Há um neologismo gramatical – “dequeísmo” – que indica o emprego indevido da preposição *de* junto à conjunção *que* em orações substantivas, como ocorre no seguinte caso:

- (A) informo-os de que tudo isso será refeito.
- (B) reconheço de que trabalhamos pouco nesse projeto.
- (C) tenho receio de que todos os animais fujam.
- (D) a necessidade de que todos economizem é evidente.
- (E) esse tema de que dizemos tudo isso é complicado.

18

O *cacófato* é uma construção em que a união da sílaba final de um vocábulo com a sílaba inicial do vocábulo seguinte provoca o aparecimento de um som desagradável, ridículo ou grosseiro, como ocorre na seguinte frase:

- (A) Já que tinha dinheiro, podia comprar o carro.
- (B) Quem tudo quer nada alcança.
- (C) Como falou o chefe, todos devemos trabalhar.
- (D) Nem tudo que reluz é ouro.
- (E) Quero que tudo se exploda.

Direito Administrativo e Administração Pública

19

Lucas, após ser aprovado em um concurso público realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi informado sobre a existência de um Código de Ética aplicável aos servidores do órgão público. Lucas então entendeu ser necessário conhecer a norma legal, até mesmo para evitar eventual descumprimento involuntário.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Ética da Secretaria do Tesouro Nacional (Portaria STN nº 726/2018), um valor a ser observado pelos servidores da STN é

- (A) a realização de todos os seus investimentos pessoais levando em consideração, além das vedações estabelecidas pelo referido Código de Ética, potenciais conflitos de interesses, bem como situações que possam suscitar dúvidas quanto à utilização de informações privilegiadas, comprometendo a imagem institucional.
- (B) a realização das atividades profissionais e de representação externa pelo atendimento da missão e do interesse institucional e pela observância dos princípios de eficácia, economicidade, legalidade e ética.
- (C) a meritocracia, com o reconhecimento e a valorização das habilidades e competências individuais, promovendo e selecionando as pessoas mais competentes e dedicadas.
- (D) o exercício das atividades profissionais com competência e diligência, buscando o aprimoramento técnico e a atualização permanente.
- (E) o compartilhamento dos conhecimentos e das informações necessários para o exercício das atividades institucionais.

20

A sociedade empresária XYZ, regularmente constituída, com sede no Brasil, praticou, no dia 10/05/2019, ato ilícito contra a administração pública do Estado *Alfa*. No dia 20/05/2024, as autoridades públicas do respectivo ente federativo tomaram ciência dos fatos. Nesse contexto, a entidade privada buscou auxílio de advogados, para que estes lhe orientassem sobre a temática e possíveis consequências.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), é correto afirmar que

- (A) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, no âmbito civil, e subjetivamente, na esfera administrativa, pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção, praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- (B) prescrevem em cinco anos as infrações previstas na Lei Anticorrupção, contados da data do cometimento da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- (C) na esfera administrativa ou judicial, a prescrição será suspensa com a instauração de processo que tenha por objeto a apuração da infração.
- (D) a multa e o perdimento de bens, direitos ou valores aplicados com fundamento na Lei Anticorrupção serão destinados ao Tesouro Nacional.
- (E) a pessoa jurídica será representada no processo administrativo na forma do seu estatuto ou contrato social.

21

A sociedade empresária XYZ, constituída e em funcionamento há cinco anos, sempre atuou na esfera privada. Contudo, os seus membros verificaram que a celebração de contratos administrativos com o poder público poderia favorecer o crescimento regular e lícito da entidade privada. Assim sendo, para tomar uma decisão informada sobre a estratégia empresarial que adotariam na sequência, os sócios resolveram estudar a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em especial a parte atinente às garantias fornecidas pelo contratado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) o contratado poderá optar, como garantia da contratação, pela caução em dinheiro ou em títulos de dívida pública ou privada, pelo seguro-garantia, pela fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira brasileira ou por título de capitalização custeado por pagamento parcelado, com resgate pelo valor total.
- (B) nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até dez por cento do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até vinte por cento, desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.
- (C) nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, poderá ser exigida a prestação de garantia, na modalidade seguro garantia, vedada a cláusula de retomada, em percentual equivalente a até 30% do valor inicial do contrato.
- (D) a garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora.
- (E) nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.

22

João, agente público do Estado *Alfa*, em fiscalização de rotina por diversos estabelecimentos comerciais, verificou que a loja ABC não estava cumprindo uma série de normas legais, o que já havia sido apurado em inspeção anterior. Dessa forma, o referido servidor público lavrou, em observância às formalidades legais, auto de infração, com a aplicação de uma multa de mil reais em detrimento da entidade. Os sócios do estabelecimento, contudo, se recusaram a efetuar o pagamento da multa, mesmo após os seus recursos não terem sido providos, em decisão definitiva, na esfera administrativa.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que a Administração Pública

- (A) não poderá, por conta própria, executar o valor da multa, pressupondo a atuação do Poder Judiciário, em um cenário de exceção ao atributo da presunção relativa de veracidade e de legitimidade do ato administrativo.
- (B) não poderá, por conta própria, executar o valor da multa, pressupondo a atuação do Poder Judiciário, em um cenário de exceção ao atributo da autoexecutoriedade do ato administrativo.
- (C) não poderá, por conta própria, executar o valor da multa, pressupondo a atuação do Poder Judiciário, em um cenário de exceção ao atributo da coercibilidade do ato administrativo.
- (D) poderá, por conta própria, executar o valor da multa, independentemente da atuação do Poder Judiciário, em razão do atributo da autoexecutoriedade do ato administrativo.
- (E) poderá, por conta própria, executar o valor da multa, independentemente da atuação do Poder Judiciário, em razão do atributo da coercibilidade do ato administrativo.

23

Joana, usuária diuturna dos serviços públicos de transporte interurbano prestados pelo Estado *Alfa*, pretende realizar uma crítica construtiva ao poder público dando conta da queda na qualidade do serviço, atrelada ao aumento das tarifas. Ela busca, assim, garantir os seus direitos na posição de usuária. Dessa forma, Joana consultou a legislação de regência, para verificar a forma pela qual poderia apresentar a sua manifestação perante a Administração Pública.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.460/2017, é **incorreto** afirmar que

- (A) no caso de manifestação por meio eletrônico, respeitada a legislação específica de sigilo e proteção de dados, poderá a Administração Pública ou sua ouvidoria requerer meio de certificação da identidade do usuário.
- (B) caso não haja ouvidoria, o usuário poderá apresentar manifestações diretamente ao órgão ou à entidade responsável pela execução do serviço e ao órgão ou à entidade a que se subordinem ou se vinculem.
- (C) a manifestação poderá ser feita por meio eletrônico, ou correspondência convencional, ou verbalmente, hipótese em que deverá ser reduzida a termo.
- (D) são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da apresentação de manifestações perante a ouvidoria.
- (E) a manifestação será dirigida à ouvidoria do órgão ou entidade responsável, vedada a identificação do requerente.

24

João, agente público, agindo com dolo e com o fim de obter proveito indevido para si, revelou a terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política capaz de afetar o preço de determinada mercadoria, dando azo à lesividade relevante ao bem jurídico tutelado pela norma legal.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que João incorreu em ato de improbidade administrativa, estando sujeito, em caso de condenação, além do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, às sanções de

- (A) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por até doze anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a doze anos, sendo certo que as sanções podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, pois praticou ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (B) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por até doze anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a doze anos, sendo certo que as sanções podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, pois praticou ato ímprobo que causa prejuízo ao erário.
- (C) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por até catorze anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a catorze anos, sendo certo que as sanções podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, pois praticou ato ímprobo que causa prejuízo ao erário.
- (D) pagamento de multa civil de até vinte e quatro vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a quatro anos, sendo certo que as sanções podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, pois praticou ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (E) pagamento de multa civil de até vinte e quatro vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a quatro anos, sendo certo que as sanções podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, pois praticou ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito.

25

Jonas, agente público, verificou, ao analisar dados de sua repartição pública em âmbito federal, que a informação XXX foi classificada como ultrassecreta. O referido servidor constatou, ainda, que a informação YYY foi classificada como secreta, enquanto a informação ZZZ ostenta a qualidade atual de reservada.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que as informações XXX, YYY e ZZZ estão sujeitas, respectivamente, aos seguintes prazos máximos de restrição:

- (A) 35 anos; 25 anos; e 15 anos.
- (B) 25 anos; 15 anos; e 5 anos.
- (C) 15 anos; 10 anos; e 3 anos.
- (D) 20 anos; 10 anos; e 5 anos.
- (E) 10 anos; 5 anos; e 2 anos.

26

João, especialista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, foi convidado a palestrar, em um grande simpósio, sobre a legislação citada. Os organizadores do evento pediram que João focasse a sua abordagem no tema atinente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, autarquia de natureza especial que ainda não é muito conhecida pela sociedade brasileira.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.709/2018, é correto afirmar que

- (A) a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) manterá fórum permanente de comunicação, inclusive por meio de cooperação técnica, com órgãos e entidades da Administração Pública responsáveis pela regulação de setores específicos da atividade econômica e governamental, a fim de facilitar as competências regulatória, fiscalizatória e punitiva da ANPD.
- (B) os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) serão indicados pelo Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade e nomeados ou designados pelo Diretor-Presidente.
- (C) até a data de entrada em vigor de sua estrutura regimental, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) receberá o apoio técnico e administrativo do Tribunal de Contas da União para o exercício de suas atividades.
- (D) o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade é o órgão máximo de direção da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- (E) o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais disporá sobre o regimento interno da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Direito Constitucional

27

No âmbito de processo administrativo fiscal, o contribuinte contestava a veracidade de determinados documentos e entendia que certos fatos demandavam maiores esclarecimentos. Por tal razão, requereu a realização de perícia e de diligências com o objetivo de instruir o feito.

A Administração, no entanto, informou ao contribuinte que essas medidas somente seriam adotadas caso ele arcasse com os respectivos custos, apesar de ser sabido que seriam adotadas por servidores do próprio sujeito ativo da obrigação tributária.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) a cobrança realizada pela Administração Pública, ao restringir o direito ao devido processo legal, afronta o direito de petição.
- (B) a cobrança realizada tem a natureza jurídica de taxa, devendo ser fixada em valor que considere o débito do contribuinte e o efetivo custo da atividade estatal.
- (C) embora seja possível a cobrança por certos atos praticados pela Administração Pública, na hipótese da narrativa deve prevalecer a presunção de inocência, já que é imputado um ilícito ao contribuinte.
- (D) o custo dos atos administrativos deve ser arcado pelos administrados, o que aponta para a licitude da cobrança, desde que se observe valores fixos, em qualquer processo administrativo fiscal, assegurando o primado da igualdade.
- (E) o exercício do direito de defesa, em qualquer processo administrativo de cunho sancionador, não pode ser obstado pela exigência de pagamento pelas medidas necessárias à descoberta da verdade, logo, a Administração agiu de modo irregular.

28

Após um grande movimento social, determinados setores do governo almejavam que o Chefe do Poder Executivo federal apresentasse projeto de lei vinculando um pequeno percentual da arrecadação de imposto de competência da União a finalidades específicas.

Ao solicitar que sua assessoria analisasse as possibilidades de vinculação previstas na ordem constitucional, foi-lhe corretamente esclarecido que

- (A) a vinculação pretendida é peremptoriamente vedada.
- (B) é admitida a vinculação para a destinação de recursos a programas habitacionais.
- (C) a vinculação pretendida somente é possível em relação ao produto da arrecadação de taxa, não de imposto.
- (D) somente é possível a vinculação para a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.
- (E) é admitida a vinculação para a destinação de recursos em caso de realização de atividades da administração tributária.

29

Determinado ente da Administração Pública indireta da União, que desempenha atividade econômica, passou por uma ampla remodelagem de sua governança interna, com o aperfeiçoamento do seu programa de integridade.

Ao analisar a funcionalidade do órgão de controle interno, bem como a existência, ou não, de zonas de intercessão entre a sua atuação e a do controle externo, a comissão responsável pela reestruturação concluiu corretamente que, na perspectiva constitucional,

- (A) o órgão interno está hierarquicamente subordinado ao externo, devendo cumprir suas determinações.
- (B) apesar de organicamente separado do órgão externo, o órgão interno deve exercer as mesmas atribuições afetas àquele.
- (C) deve haver total separação entre o órgão interno e o externo, de modo que os juízos de valor daquele sequer sejam conhecidos por este, preservando-se, assim, a sua imparcialidade.
- (D) como parte indissociável da governança administrativa, o controle interno terá suas atribuições definidas em ato regulamentar, podendo ser incumbido, ou não, de avaliar a execução orçamentária.
- (E) os agentes do órgão interno, caso não deem ciência ao órgão competente de controle externo das irregularidades que tenham conhecimento, podem ser responsabilizados pela totalidade dos danos causados, sem prejuízo da ação regressiva contra os autores.

30

Com o objetivo de aperfeiçoar a Administração Pública federal, foi editada a Lei nº X, que dispõe sobre organização e política remuneratória.

De acordo com o Art. X.1, a criação de subsidiárias integrais, em que a totalidade do capital social pertença ao ente da Administração Pública indireta responsável pela criação, independe de qualquer manifestação do Poder Legislativo.

O Art. X.2 estatuiu que os entes da Administração Pública indireta que desempenham atividade econômica em sentido estrito e que recebam recursos orçamentários da União para atender a despesas com obras de conservação estão sujeitos ao teto remuneratório constitucional.

Por fim, o Art. X.3 estatuiu que os agentes enquadrados na sistemática de subsídios teriam a verba de representação limitada a 20% do valor do respectivo subsídio.

O Partido Político Alfa, com representação no Congresso Nacional, solicitou que sua assessoria analisasse a conformidade constitucional dos referidos preceitos, sendo-lhe corretamente informado que

- (A) apenas o Art. X.1 é constitucional.
- (B) apenas o Art. X.2 é constitucional.
- (C) os três preceitos são inconstitucionais.
- (D) apenas os Artigos X.1 e X.2 são constitucionais.
- (E) apenas os Artigos X.1 e X.3 são constitucionais.

31

O Estado Beta editou a Lei estadual nº Y, dispondo, no território estadual, sobre determinada temática afeta à ciência, à tecnologia e à pesquisa. Poucos dias depois, sobreveio a Lei federal nº W, editada pela União, ente federativo que ainda não tinha incursionado nessa temática. Os comandos deste último diploma normativo, que veiculou os aspectos básicos da disciplina normativa da referida temática, de modo a estabelecer um tratamento uniforme em todos os quadrantes da Federação, dispuseram em sentido diametralmente oposto ao da Lei estadual nº X.

Considerando os balizamentos oferecidos pela sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) a Lei federal nº W revogou a Lei estadual nº X.
- (B) a Lei federal nº W avançou em matéria de competência legislativa estadual, sendo, portanto, inconstitucional.
- (C) apesar de ter a sua eficácia suspensa, com a superveniência da Lei federal nº W, a Lei estadual nº X continua válida.
- (D) a lei federal nº W e a lei estadual nº X coexistirão na ordem jurídica, sendo que esta última somente será aplicada no âmbito do Estado Beta.
- (E) como o Estado Beta incursionou em matéria de competência privativa da União, a Lei estadual nº X era inválida, logo, a Lei federal nº W não produziu nenhum efeito útil sobre ela.

32

João, Deputado Federal, almeja apresentar uma proposição legislativa impedindo que pessoas condenadas pela prática de infrações contra o sistema financeiro nacional exerçam ou voltem a exercer a direção de instituições financeiras.

Quando o objetivo de João se tornou público, a proposição foi muito elogiada por entidades de consumidores e duramente criticada por associações de empregados de instituições financeiras.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação à proposição que João pretende apresentar, que

- (A) somente pode ser admitida se a infração tiver natureza criminal.
- (B) a vedação que pretende estabelecer afronta o direito fundamental.
- (C) somente pode ser admitida se a infração tiver natureza administrativa.
- (D) por se tratar de mero efeito da condenação, é consentânea com os princípios constitucionais do direito sancionador.
- (E) na sistemática constitucional, o direito sancionador de natureza penal exige que, entre os efeitos da condenação, esteja a prevenção especial, logo, a ideia é legítima.

33

No âmbito do Estado Alfa, foi editada a Lei nº X, que dispôs sobre o exercício do poder de polícia por esse ente federativo e que cominou a sanção de multa àqueles que incorressem nas infrações ali previstas. Apesar desse diploma normativo estadual ter sido muito elogiado na perspectiva administrativa, era grande a resistência dos seus destinatários em observá-lo, tendo sido proferidos diversos provimentos judiciais, em sede de tutela individual e coletiva, reconhecendo a sua incompatibilidade com a Constituição da República.

À luz desse quadro, a Mesa da Assembleia Legislativa do Estado Alfa solicitou que sua procuradoria se manifestasse sobre a possibilidade de a questão ser levada à apreciação do Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, de modo que seja requerido o reconhecimento da conformidade constitucional da Lei nº X.

Foi corretamente informado à Mesa que

- (A) deve ser interposto recurso extraordinário.
- (B) deve ser ajuizada reclamação constitucional.
- (C) deve ser ajuizada ação declaratória de constitucionalidade.
- (D) deve ser ajuizada arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (E) a Mesa de Assembleia Legislativa não tem legitimidade para deflagrar o controle alvitrado.

Estatística

Atenção: os dados a seguir referem-se às duas próximas questões.

Uma amostra de idades de 52 crianças e adolescentes foi obtida e resultou nos seguintes dados (já ordenados)

5	5	5	5	5	6	6	6	6	7	7	7	7
7	8	8	8	8	8	8	8	8	9	9	9	10
10	10	10	10	10	10	10	11	11	11	12	12	12
12	13	14	14	15	15	15	15	15	16	16	16	16

34

A diferença entre os valores da mediana e da moda desses dados é

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 3.
- (E) 4.

35

A distância interquartil das idades é igual a

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

36

Numa determinada população, 20% das pessoas estão desempregadas. Se seis pessoas dessa população forem aleatoriamente sorteadas, com reposição, a probabilidade de que três estejam desempregadas é aproximadamente igual a

- (A) 0,08.
- (B) 0,12.
- (C) 0,16.
- (D) 0,20.
- (E) 0,24.

37

Se X é uma variável aleatória normalmente distribuída com média 20 e variância 100, então a variável aleatória $Y = 2X - 10$ tem distribuição normal com média e desvio padrão, respectivamente iguais a

- (A) 30 e 100.
- (B) 30 e 400.
- (C) 30 e 200.
- (D) 40 e 100.
- (E) 40 e 400.

38

Suponha que uma amostra aleatória simples X_1, X_2, \dots, X_{25} de tamanho 25 seja observada para se testar $H_0: \mu \leq \mu_0$ versus $H_1: \mu > \mu_0$ de uma variável populacional suposta normalmente distribuída com média μ e variância σ^2 . Faça $\bar{X} = \sum_{i=1}^{25} X_i / 25$ e $S^2 = \sum_{i=1}^{25} (X_i - \bar{X})^2 / 24$.

Nesse caso, a estatística T de teste usual, que tem distribuição t-Student com 24 graus de liberdade sob $\mu = \mu_0$, é dada por

- (A) $T = (\bar{X} - \mu_0) / S^2$
- (B) $T = 25(\bar{X} - \mu_0) / S$
- (C) $T = 25(\bar{X} - \mu_0) / S^2$
- (D) $T = 5(\bar{X} - \mu_0) / S^2$
- (E) $T = 5(\bar{X} - \mu_0) / S$

39

Suponha que uma amostra aleatória simples X_1, X_2, \dots, X_n , de tamanho n , será observada para se estimar a média μ de uma variável populacional suposta normalmente distribuída com média μ e variância σ^2 .

O pesquisador cogita usar a média amostral \bar{X} como estimador de μ . Avalie se, nessas condições, as seguintes afirmativas acerca das propriedades de \bar{X} estão corretas:

- I. \bar{X} é estimador não tendencioso de variância uniformemente mínima de μ .
- II. \bar{X} é estimador de máxima verossimilhança de μ .
- III. \bar{X} é uma estatística suficiente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

40

Considere duas variáveis aleatórias X e Y tais que $E[X] = 5$, $\text{Var}[X] = 4$, $E[Y] = 4$, $\text{Var}[Y] = 9$ e $E[XY] = 18$.

O coeficiente de correlação entre X e Y é, então, igual a

- (A) $-1/2$.
- (B) $-1/3$.
- (C) 0.
- (D) $1/3$.
- (E) $1/2$.

Redação

A seguir, está a transcrição de uma reportagem publicada na seção de Economia do *G1*:

“A proposta do governo de afrouxar as metas fiscais para 2025 e para 2026 não afastou a necessidade de buscar arrecadação extra para tentar cumprir os objetivos.

Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, a equipe econômica já trabalha em novas medidas para aumentar a arrecadação e, com isso, perseguir as metas para as contas públicas.

‘Têm medidas [para elevar a arrecadação] que vão ser feitas ainda. Para atingir esses objetivos, temos de continuar perseguindo-os, adotando medidas. Se tivermos uma ruptura no compromisso com a recuperação fiscal do país por qualquer um dos poderes, nós teremos dificuldades nesses objetivos’, declarou Ceron ao *G1* e à *TV Globo*.

As medidas, que estão em estudo no âmbito da Secretaria da Receita Federal, serão incluídas na proposta de orçamento do ano que vem – que tem de ser enviada ao Congresso Nacional até 31 de agosto.

Para 2025, os números do Tesouro indicam que será preciso arrecadar R\$ 60 bilhões a mais, mesmo com a meta fiscal de ‘déficit zero’, menos ambiciosa – entenda mais abaixo nessa reportagem.

No ano passado, o governo adotou o mesmo procedimento. Incluiu no orçamento a proposta de elevar a arrecadação em R\$ 168 bilhões para tentar cumprir a meta fiscal de 2024 – que é de zerar o rombo das contas públicas”.

Tendo em vista a necessidade de arrecadação extra, como mostra a reportagem, que sugestões você poderia dar para que essa necessidade seja satisfeita? Dê suas opiniões a respeito, em um texto de no mínimo 40 (quarenta) e no máximo 60 (sessenta) linhas, falando da importância da arrecadação para o país e das medidas a serem adotadas. O texto deve ser escrito em linguagem culta, com argumentos convincentes e bem fundamentados.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

Realização

